

Pensando gênero e a noção de corpo-território a partir do coletivo de mulheres indígenas Guajajara *Guerreiras da Floresta*¹

Manoela Freire de Oliveira- UFBA- Bahia

Palavras chaves: mulheres guajajara, Guerreiras da Floresta, corpo-território

Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa de doutorado *GUERREIRAS DA FLORESTA: Mulheres Guajajara nos cuidados com o território e pelo Bem Viver*, aprovado na seleção do Programa de Pós graduação em Antropologia, da Universidade Federal da Bahia, em 2022. O Projeto, tem como universo de pesquisa, o coletivo de mulheres indígenas Guajajara, denominado *Guerreiras da Floresta* (Tenetehar Kuzá Gwer Wá). O grupo se formou no ano de 2012, é composto por cerca de 20 a 25 mulheres guajajara, da aldeia Maçaranduba, da Terra Indígena Caru, localizada no oeste do estado do Maranhão.

O grupo de mulheres guajajara tem como objetivo principal apoiar e promover ações de cuidados e proteção com o território, bem como de sensibilização no entorno da Terra Indígena Caru/MA. Segundo o Regimento Interno: “*A organização das guerreiras Indígenas da Floresta, aldeia Maçaranduba, da TI Caru, é um espaço coletivo, que visa articular as lutas das mulheres com a perspectiva de gênero, fortalecimento cultural, a proteção territorial e ambiental, as políticas públicas, se articulando com o movimento indígena de mulheres estadual, regional, nacional e de mulheres não indígenas*”.

A participação e presença dessas mulheres, tem se destacado na região, por ser o primeiro grupo de mulheres, que realizam ações de monitoramento (expedições) de proteção dos seus territórios (lugares/seres) considerados sagrados. As Guerreiras, no entanto, surgiram com a proposta de acompanhar, o grupo de homens indígenas já existente, os *Guardiães da Floresta*, nos limites da Terra Indígena Carú. Esse trabalho era “tradicionalmente” realizado pelos homens da aldeia. Além disso, diferente dos guardiães, elas também realizam ações de “sensibilização” dos “não-indígenas”, nas escolas dos povoados próximos aos limites da Terra Indígena, como forma de complementação do trabalho de proteção. Para além do trabalho dentro e no entorno da

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

TI, as guerreiras têm participado de diversas reuniões e articulações, tanto do Movimento de Mulheres indígenas do Maranhão, como também do Brasil, como: a Marcha das Mulheres Indígenas e o Acampamento Terra Livre, que acontece todo o ano em Brasília.

O grupo de mulheres indígenas Guerreiras da Floresta pertencente à etnia guajajara (tenetehara), da Terra Indígena Caru. A TI Caru é um território composto por cerca de 400 indígenas (2018) e encontra-se no bioma amazônico. É também um território compartilhado com outro povo indígena, os Awá, povo de recente contato e em isolamento voluntário. O território também faz parte do Mosaico Gurupi, um conjunto de áreas protegidas, que abriga a maior porção de Floresta Amazônica no Estado do Maranhão, e por isso, se configura num importante patrimônio ambiental e cultural para toda a região. O grupo das Guerreiras tem ganhado força e destaque e atualmente possui vídeos documentários produzidos sobre o trabalho delas e recentemente site. Mas ainda nenhum trabalho acadêmico produzido até o momento.

Os Guajajara (Tenetehar) ocupam extensa área, desde o vale do Pindaré até o Médio Mearim, na região central do Maranhão. Das dezoito terras indígenas existentes no Maranhão, doze são ocupadas por eles, sendo que em oito delas, possuem usufruto exclusivo e em outras quatro, dividem a terra demarcada com outros povos indígenas. O nome Guajajara (wazay'w yzara) é o mais utilizado. Segundo Gomes (2002), este nome foi dado pelos Tupinambá que os chamavam de “povo do cocar”. As Guerreiras da Floresta utilizam os dois nomes, tanto guajajara, como também Tenetehara.

Apesar da Terras Indígena que ocupam já ser demarcada há muito tempo, esta é constantemente ameaçada por práticas de invasores não-indígenas. Um exemplo é que cerca de 75% da cobertura florestal do estado do Maranhão foi desmatada para fornecer espaço para a agricultura e pecuária e aproximadamente 70% da floresta nativa que restou, encontra-se nas 16 terras indígenas e nas unidades de conservação do Maranhão. Além disso, a TI encontra-se dentro da área de impacto direto causada pelo empreendimento Estrada de Ferro Carajás Vale do Rio Doce². A TI Caru, sofre uma série

² A Estrada de Ferro Carajás (EFC) atravessa 23 municípios no Maranhão e 4 no Pará. Possui 892 km de extensão em um traçado disposto na direção nordeste-sudoeste em plena planície amazônica. Atravessa um mosaico de territórios formados por unidades de conservação, áreas de proteção permanente, sítios arqueológicos, territórios quilombolas, terras /indígenas. Pela Estrada de Ferro Carajás passam diariamente em torno de 24 trens indo e voltando entre Carajás e São Luís. Cada trem possui 4 km de extensão e demora em média 4 minutos para passar por qualquer ponto. Mais de 100 povoados são atravessados pela ferrovia. Esses povoados apresentam grupos sociais diversos: camponeses, quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos entre outros (Revista Não Vale ed. II, p.10).

de impactos, já que os trilhos da EFC passam a apenas 50, 100 metros do território. Ao todo, nos 27 municípios cortados, cerca de 100 comunidades indígenas, quilombolas, de ribeirinhos, camponeses, pescadores e também bairros urbanos são impactados.

Nesse sentido, o trabalho das *Guerreiras da Floresta*, junto com os guardiães, é de importância fundamental nos limites do território demarcado, identificando as invasões não-indígenas. As *Guerreiras da Floresta*, junto com os guardiães, realizam rondas nos limites da aldeia e identificam invasões de madeireiros, caçadores, plantadores e pescadores: "*Para nós, a mata é sagrada, ela é a nossa mãe. Nós dependemos da floresta para sobreviver*", explica Cícera, umas das guerreiras de 40 anos, mãe de seis filhos e avó de cinco netos. Segundo ela: "*A gente protege o nosso território para o futuro da aldeia, da nossa família*", pontua com uma voz firme e decidida.

Nos últimos anos, é notável que a luta das mulheres indígenas vem ganhando visibilidade no Brasil, bem como o protagonismo dessas lideranças femininas dentro dos movimentos sociais, em especial, no estado do Maranhão. Nesse sentido, é de extrema importância trazer à tona, a emergência do fenômeno de crescimento de grupos e coletivos de mulheres indígenas e pensar a importância delas, tanto a partir da valorização de suas lutas, como nos cuidados que elas buscam para proteção de seus territórios, que se configura como um movimento, tanto de dentro, como para fora das suas aldeias.

Dessa maneira, o Projeto de pesquisa pretende pensar com o coletivo das *Guerreiras*, a partir das suas próprias concepções e perspectivas guajajara de “cuidado” com o que denominam de “território”, pensado por elas, como a própria extensão do corpo e do sentido de vida. Como também, o movimento político e luta dessas mulheres para fora dos limites de seus lugares de origem e no âmbito tanto estadual, como no contexto nacional. Assim, o coletivo das *Guerreiras*, é representado aqui como uma iniciativa não muito comum, no universo do trabalho realizado de monitoramento territorial, que tradicionalmente sempre foi ocupado pelos homens.

Em 2019, durante a Plenária nacional das mulheres indígenas, foi decidida a realização da Marcha das mulheres indígenas, que teve sua primeira edição no ano de 2019, com o tema "*Território, nosso corpo, nosso espírito*", reunindo cerca de 3.000 mulheres de mais de 130 etnias, que se juntaram à Marcha das Margaridas, autodenominadas mulheres dos campos, das florestas e das águas, que lutam por seus direitos territoriais e de gênero, configurando a maior marcha de mulheres de toda a

América Latina. Após a I Marcha das mulheres indígenas, foi divulgado o documento final, com o título: “*O território é nossa vida*”. Nesse documento, as mulheres indígenas exigem reivindicações e reafirmam sua posição, em conjunto com os homens indígenas, em busca de uma coletividade em que os modos de vida e os saberes femininos sejam valorizados e vistos como complementares.

Sendo assim, a noção de “corpo-território”, nascida do movimento de mulheres indígenas, é tomada como conceito central para pensar a relação das guerreiras indígenas guajajara, nos cuidados com o território e com o movimento político do coletivo para fora das aldeias. Dessa maneira, pretende-se compreender e compartilhar a luta, estratégias e posições que essas mulheres ocupam no movimento indígena, além de refletir sobre a presença feminina nesses espaços, como ato de resistência. E assim, como se dão os processos de organização e estratégias tanto espirituais (cosmovisões), como também política das mulheres guajajara do estado do Maranhão, na luta pela proteção de seus territórios e como essas mulheres conciliam essa atuação política com o seu cotidiano nas comunidades.

No início da década de 2000, havia pouca coisa escrita na academia brasileira sobre o movimento de mulheres indígenas no Brasil. Em 2003, foi feito o levantamento de Ângela Sacchi (SACCHI, 2003) sobre as principais organizações de mulheres indígenas da Amazônia – que mais tarde constituiu parte de sua tese de doutorado sobre o mesmo tema (SACCHI, 2006). Um ponto que aparece frequentemente como dado em algumas produções sobre o movimento de mulheres indígenas seria sua característica de “complementaridade” ao movimento indígena mais amplo, que não pode ser chamado de “masculino”, mas é predominantemente dominado por lideranças masculinas. E assim, muitos estudos etnográficos de gênero no contexto indígena do Brasil, demonstram como as agências femininas e masculinas são de natureza oposta, porém complementares (SACCHI, 2006). No entanto, é fundamental entender que, nas sociedades indígenas, os assuntos políticos e as decisões que afetam a coletividade mais ampla também são tratados no espaço doméstico e não reservados somente ao espaço público.

Por conta da atual situação de supervalorização da esfera pública no contexto das relações interétnicas e intergrupais e os consequentes desajustes nas relações de gênero, as mulheres indígenas passaram a se preocupar, cada vez mais, em ocupar os diversos espaços públicos, tanto no campo de ação da política indigenista, como também da política indígena. Essa participação tem sido definida por elas mesmas como

complementar à participação masculina e não como estratégia de desbancar o lugar dos homens, motivação que as diferencia de mobilizações feministas não indígenas. (SACHI, 2006).

Nesse sentido, a pesquisa insere-se numa abordagem teórico conceitual antropológica, de pensar o conceito da construção da identidade e sujeito “indígena mulher guajajara”, através das discussões das múltiplas formas sociais e culturais de constituição de gênero e sexualidade em diferentes sociedades ou segmentos sociais, e assim, problematizar a “naturalização” ocidental do conceito de gênero. Dessa maneira, a partir dos trabalhos como o da antropóloga indígena Ana Manoela Karipuna (2021), sobre feminismo indígena ou movimento de indígenas mulheres, pretende-se tecer qual o sentido da identidade da mulher indígena guajajara, tanto nos cuidados com o território, como na luta política dentro do Movimento.

De acordo com o que dizem muitas pensadoras indígenas e como o que escreve a antropóloga Camille Castelo Branco (não indígena), o povo ao qual uma indígena mulher pertence é um marcador mais específico em suas trajetórias e narrativas, do que os marcadores de gênero (Barata, 2018: 13). Ao analisar os estudos sobre gênero entre os povos indígenas, Sacchi (2006) argumenta que o aspecto da igualdade e da complementaridade entre homens e mulheres são os sentidos que produzem a sociabilidade indígena e, portanto, ao identificarem estes aspectos, as antropólogas criaram um paradigma na antropologia das relações de gênero. Para as autoras Lea (1999), McCallum (1999), Lasmar (2002) e Overing (1999) a cooperação entre homem e mulher no trabalho, nas narrativas míticas, na partilha dos cuidados e nos papéis entre o sexo, constitui a base da organização social das sociedades indígenas.

Segundo Karipuna (2021), como mulher Karipuna e como antropóloga, que pesquisa com indígenas mulheres, ela percebe que os movimentos das “parentas”, em contexto nacional, não se declaram como movimentos feministas e sim como movimentos de indígenas mulheres (ou de mulheres indígenas). Ela destaca ainda que as pautas prioritárias são outras, por exemplo, o direito à vida e a cura da Terra. Passar a chamá-los de feminismos indígenas seria uma estratégia política, para estar em novos espaços de tomada de decisão. Além de que, os feminismos indígenas seriam muitos, tanto o quanto o são as quantidades e diversidades de povos originários.

O trabalho de Braulina Aurora Baniwa (2018) sobre as formas pelas quais as mulheres, no contexto do cuidado com seus corpos, estabelecem as bases para o equilíbrio social e para o cuidado com o território, é de extrema importância por trazer a noção de “*corpo-território*”, ou de “*corpoterritorialização*”. Como propõem Barboza, Duarte e Xamen (2019), são conceitos fundamentais acionados para pensar o coletivo das *Guerreiras da Floresta*. Essa noção vem sendo representada, tanto pelo movimento de mulheres indígenas nos últimos anos, como também de uma produção importante por parte de muitas pensadoras indígenas acadêmicas. A ideia propõe uma flexibilidade de subjetividade entre o corpo da mulher indígena e seu espaço de (re)existência: “*a territorialização indígena [que] se constitui como um processo corporal onde corpos e fluidos femininos contagiam, direcionam e regulam a interação indígena com e entre o território, e seus constituintes*”. (BARBOZA; DUARTE; XAMEN, 2019, p. 507).

O Corpo-Território é, desta forma, não apenas um marcador conceitual, mas também um manifesto de uma relação profunda que envolve o corpo da mulher e as outras teias ontológicas que permeiam o Universo. Ao falar de Corpo-Território, reivindica-se um lugar específico, até então negado ao agente mulher indígena, tanto no âmbito político, epistemológico, quanto no territorial. (BANIWA, 2018, p. 166-7).

Com relação às mulheres guajajara e mais especificamente, as Guerreiras, essas práticas são categorizadas, para além do campo político, mas também como práticas simbólicas. Segundo as mulheres guajajara, o corpo, principalmente daqueles que recebem estes seres não-humanos, precisa de preparo. Segundo FRANÇA: “É preciso evocar os ‘encantados’, já que se acredita que estes seres sejam os donos das florestas, da água ou dos rios e eles podem ser chamados por pajés ou por quem seja ‘aprendiz’” (2018, p.98).

Entre os Tenetehara-Guajajara ainda há uma extensa categoria de “não-humanos” das mais variadas descrições, tidos como protetores, entre estes “ywan”, dono da água (GALVÃO,1955), conhecido atualmente entre eles como “mãe d’água”. Essa “forma de mobilizar” espiritualmente mostra como a relação dos Tenetehara-Guajajara com estes seres, não está separada das relações de natureza política, bem como os elementos que utilizam para as suas “manifestações”, expressam práticas que possuem uma eficácia simbólica e social. As “formas de mobilizar”, incluindo a mobilização dos encantados, evidenciam relações que estão para além das relações de poder nos campos de cultura,

economia, e política, mas tratam das relações de poder que envolvem as perspectivas ontológicas, cosmológicas e existenciais. (BANIWA, 2013).

Assim, para as mulheres guajajara, o território representa não somente um espaço de convivência e sobrevivência, mas especialmente, um processo em seu modo de ser totalmente vinculado à terra (natureza), com uma profunda ligação ancestral e de organização social amalgamada a ele (território). Os povos indígenas têm uma relação de composição com a terra: tanto pertencem à Terra, como a terra pertence a eles.

Nesse sentido, as estratégias e ações das *Guerreiras da Floresta*, nos cuidados e proteção de seus territórios, visa o fortalecimento e a valorização dos seus saberes, práticas e organização social. Esses territórios, mesmo depois da demarcação, estão constantemente ameaçados pela pressão da sociedade envolvente, através de invasões, atividades e empreendimentos que impactam o “Bem Viver” desses povos. Sendo assim, essas estratégias, tornam-se importantes instrumentos de diálogo, que auxiliam na busca por políticas públicas, parcerias e estratégias, tendo as mulheres guajajara como protagonistas.

A ideia do *Bem Viver* é pensada aqui como um caminho para outros mundos possíveis, a partir da compreensão de outros sistemas e saberes das discussões levantadas por Alberto Acosta (O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos- 2016) No livro, portanto, o termo *Bem Viver* aparece quando o autor se refere de maneira geral ao conceito que se propõe a discutir – e que considera “uma oportunidade para imaginar outros mundos”. Afinal, assim como *Buen Vivir* é usado no Equador e *Vivir Bien*, na Bolívia, *Bem Viver* é a expressão em uso no Brasil, por diversos movimentos de povos tradicionais como indígenas e quilombolas. O conceito segue por dois caminhos complementares: uso de Bem Viver a partir de estudos com povos indígenas brasileiros, validando a concepção original; e o uso do termo sob perspectiva crítica da modernidade, estabelecendo diálogo conceitual com diversos temas que se alinham, de alguma forma, ao debate decolonial.

O Movimento de Mulheres indígenas insere-se em um lugar privilegiado de articulação de várias críticas às epistemologias convencionais que marcaram a reflexão ocidental ao longo da história. A recusa do feminismo universalizante, por exemplo, faz parte de uma tendência mais ampla, que tem emergido da reflexão de mulheres marcadas pela perspectiva crítica aos processos coloniais, hoje ramificada em várias vertentes, cuja

diversidade de nomenclaturas, revela a riqueza de reflexões e a disposição em não descartar nenhuma delas. Nesse sentido, longe de estabelecer uma falha ou uma lacuna ou a incompletude do feminismo decolonial, parece muito mais interessante pensar esses desdobramentos como uma condição para a produção contínua de novas reflexões e reinvenções.

No evento, *Roda de Conversa: Corpos-territórios: as mulheres indígenas dos seis biomas brasileiros. Fazendo Gênero*³, Krenak colocou que as indígenas mulheres são árvores que, com seus diferentes troncos, estão enraizadas, mas que suas raízes compõem a profundidade da Mãe Terra. Afirmando que são mulheres coletividades, que são os escudos dos ancestrais, dos descendentes e do universo. Nesse sentido, de acordo com KARIPUNA (2021), os movimentos de indígenas mulheres, em nível nacional, não se declaram como movimento feminista, mas sim, como movimentos com valores e memórias matriarcais, em que os debates de gênero e geração estão inseridos.

Nesse sentido, longe de estabelecer uma falha ou uma lacuna ou a incompletude do feminismo decolonial, parece muito mais interessante pensar esses desdobramentos como uma condição para a produção contínua de novas reflexões e reinvenções. Assim, as mulheres indígenas guajajara, representadas aqui pelas Guerreiras, apresentam desafios para pensarmos o conceito de gênero e de movimento de mulheres, não apenas como “feministas”, mas também, para pensarmos como elas próprias elaboram e refletem em termos conceituais sobre as especificidades de sua ação política. Dessa forma, tornam-se importantes como produtoras de novos significados, conceitos e noções para explicar e refletir sobre sua realidade.

A *interseccionalidade*, conceito proposto pela ativista e estudiosa da teoria crítica racial Kimberlé Crenshaw e inaugurado por ela em artigo publicado em 1989⁴, pressupõe, para além do recorte de gênero, um cruzamento de identidades que tornam complexa e heterogênea a condição de ser mulher, tanto para as mulheres negras, como também, para as mulheres indígenas. Entendendo aqui que, para além das reivindicações

³ Roda de Conversa: Corpos-territórios: as mulheres indígenas dos seis biomas brasileiros. Fazendo Gênero 12. Youtube, 26 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Zcd5ERJ2P8U> Acesso em: 28 de jul de 2023.

⁴ A escrita sobre o conceito de interseccionalidade desse material contou com a colaboração da professora Darlane Silva Vieira Andrade, doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Universidade Federal da Bahia.

do feminismo ocidental de igualdade de gênero, é preciso pautar o feminismo da diferença e pensar que, mulher é uma categoria múltipla que atravessa vários contextos de raça, etnia, sexualidade, classe social e diferenças culturais, que engendram relações de poder, desestabilizando algumas categorias epistemológicas e porque não ontológicas do “ser mulher”.

Com relação ao Movimento das Mulheres Indígenas, no qual está inserido o grupo das *Guerreiras da Floresta*, a representação dessa categoria e identidade de gênero acionada, passa, necessariamente pelo cuidado com o território. O Movimento de Mulheres se faz na coletividade e o coletivo é uma estratégia de sobrevivência, de organização, de resistência, de uma vida cotidiana de muito trabalho e muitos afetos. Nesse sentido diz Nara Baré, primeira mulher a assumir a COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira): “*Território não é só terra, é o meio ambiente, somos nós! Não somos guardiães da Floresta, nós somos a floresta.*”

As Guerreiras da Floresta, mesmo tendo surgido como um grupo complementar no trabalho já vinha sendo realizado pelos Guardiães da Florestas, ganha uma dimensão ainda maior que este, já que o trabalho passa a se estender para fora da Terra Indígena (participação delas no Movimento de Mulheres do Maranhão) como também, não se restringe mais apenas às atividades de monitoramento e expedições pelo território. As mulheres vêm participando em várias articulações, tanto no âmbito estadual, como também a nível nacional. As Guerreiras, enquanto coletivo, já participou de vários Encontros de Mulheres e também sempre estão presentes na ATL (Acampamento Terra Livre).

Sendo assim, compreender o sentido do gênero ou do que é ser “indígena mulher” nas sociedades indígenas, gira também em torno da compreensão da importância e magnitude do gênero, na desintegração das relações comunitárias e igualitárias, do pensamento ritual, da autoridade e do processo coletivo de tomada de decisão, causado pela colonialidade. E, portanto, é importante compreender até que ponto a imposição deste sistema de gênero foi tão constitutiva da colonialidade do poder como a colonialidade do poder foi constitutiva deste sistema de gênero. A relação entre eles segue uma lógica de constituição mútua. (LUGONES, 2008).

Apesar da antropologia e também o feminismo terem superados esses embates da universalidade de gênero, este impasse faz parte do meu projeto de pesquisa que, por um

lado, não quer deixar a identificação com as teorias feministas para tratar os dados de campo, por outro, teme correr o risco de ofuscar as diferenças de gênero na especificidade Guajajara e do grupo das Indígenas Mulheres Guerreiras da Floresta.

Assim, como as teorias feministas da antropologia ganharam novos escopos, o próprio feminismo passou a lançar mão do conceito de “experiência” dando importância a subjetividade (BAIRROS, 1995) e diversidades das diferentes formas de “ser mulher”. Para legitimar a luta feminista e torná-la apropriada para as variadas formas de “ser mulher”, as categorias raça, classe social, orientação sexual e gênero, passou a andar de mãos dadas com a multidimensionalidade dos feminismos. Embora tenham surgido vários movimentos de mulheres a partir desta nova forma de pensar, sendo legitimados pela ideia da experiência e do político pessoal, como o movimento de mulheres negras, as mulheres indígenas ainda não conseguiram o devido espaço nas lutas feministas (SACCHI, 2003).

Mas será que elas querem esse espaço? Essa é uma das perguntas que esse Projeto tentará responder. Ou seja, o fator étnico continua sendo um desafio tanto para o feminismo, quanto para as teorias antropológicas do gênero. E no que diz respeito às análises etnográficas, sobre gênero no contexto das sociedades indígenas poucos trabalhos ainda foram realizados.

Sendo assim, o lugar da mulher na vida social humana não é, em nenhum sentido direto, um produto das coisas que ela faz (ou menos ainda em função daquilo que, biologicamente, ela é), mas sim, do significado que suas atividades adquirem através de interações sociais. E os significados que as mulheres atribuem às atividades de suas vidas são coisas que só podemos compreender através de uma análise das relações que as mulheres constroem, nos contextos sociais que elas (juntamente com os homens) criaram e dentro do qual eles são definidos.

Falar sobre o estatuto da mulher é pensar num mundo social em última análise em termos dicotômicos, em que “mulher” se opõe universalmente a “homem” da mesma maneira em todos os contextos. Assim, tendemos repetidamente a contrastes, dadas as diferenças entre mulheres e homens. No entanto, devíamos nos perguntar como tais diferenças são criadas por relações de gênero. A partir do diálogo apresentado aqui por essas autoras, essa pesquisa de doutorado, pretende, justamente, problematizar algumas questões sobre a perspectiva de gênero ou de mulher, representada e elaboradas pelas

indígenas guajajara *Guerreiras da Floresta* que se aproxima das discussões levantadas pelo feminismo decolonial e contra “el sistema moderno-colonial de género” (LUGONES, 2008).

Nesse sentido é importante pensar como o capitalismo eurocêntrico global constituído através da colonização, introduziu diferenças de género (relações hierárquicas de poder) onde, anteriormente, não existiam, como em boa parte das sociedades indígenas. Allen argumenta que muitas comunidades tribais nativas americanas eram matriarcais, reconheciam positivamente, tanto a homossexualidade como o “terceiro” género, e entendiam o género em termos igualitários, não em termos de subordinação que o capitalismo eurocêntrico acabou por lhes impor. (ALLEN, 1986). E essa questão mostra-nos que o âmbito do sistema de género imposto através do colonialismo abrange a subordinação das mulheres em todos os aspectos da vida. (Oyéronké Oyewùmi, 1997)

No desenvolvimento dos feminismos do século XX, as ligações entre género, classe e heterossexualidade como racializadas não foram explicitadas. Esse feminismo concentrou a sua luta, e as suas formas de conhecer e teorizar, contra uma caracterização das mulheres como frágeis, fracas, tanto física como mentalmente, confinadas ao espaço privado e como sexualmente passivas. Mas não explicou a relação entre essas características e a raça ou etnia, pois apenas construíram suas teorias e reivindicações, a partir da mulher branca e burguesa, ou seja, a partir também de uma História Única.

O fato das mulheres indígenas trazerem para suas pautas questões específicas de género ocorre devido as transformações proporcionadas pelo contato interétnico. Nesse sentido, o Projeto de pesquisa em andamento, pretende pensar como se dão a construção da pessoa e da identidade indígena, dentro do coletivo *Guerreira da Floresta*, a partir dessas perspectivas, estratégias e visões cosmológicas, do conceito de corpo território e Bem Viver. Além disso, a pesquisa busca pela compreensão da organização do Grupo de mulheres *Guerreiras da Floresta*, que será analisada através do método etnográfico, a partir dos referentes à ação política do grupo e como elas tem subvertido as condições oferecidas pelo Estado para a possibilidade de ‘participação política’. As ações e reivindicações pleiteadas pelas organizações das mulheres indígenas Guajajara visam demandas que estão para além da resolução de problemas específicos, ou restrita a obtenção de bens materiais e acesso a direitos. Essas ações dizem respeito a uma luta no campo simbólico e à necessidade de terem a sua identidade respeitada. (OLIVEIRA,

1998). A manutenção da afirmação da identidade étnica perpassa a relação que essas mulheres possuem com o seu território. Já que para essas mulheres, a perda do território é a maior de todas as perdas e a luta pela terra é a mãe de todas as lutas. Segundo Paula Guajajara no documentário *Guerreiras da Floresta* (2017), produzido pela Ong Amazônia Real:

“Pra mim o território é minha vida, minha mãe, eu dependo dele pra tudo. Hoje eu dou, se possível minha vida pra defender ele. Porque hoje eu tenho meu filho que, no futuro, vai depender dele pra gente manter nossa cultura. Então hoje, eu tô firme e forte na questão de proteção territorial.”



Fonte: site das Guerreiras
<https://guerreirasdafloresta.com.br/>



Fonte: site das Guerreiras
<https://guerreirasdafloresta.com.br/>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, Alberto **O Bem Viver: uma oportunidade para criar outros mundos** Tradução Tadeu Breda, Editora Elefante, São Paulo: 2016.

ALLEN, Paula Gunn. **The Sacred Hoop. Recovering the Feminine in American Indian Traditions.** Boston, Beacon Press, 1992.

ACOSTA, Alberto **O Bem Viver: uma oportunidade para criar outros mundos** Tradução Tadeu Breda, Editora Elefante, São Paulo: 2016.

ACAMPAMENTO TERRA LIVRE. 2021. “Guerreiras da Ancestralidade: Á-vos-z da Terra: heranças que ecoam”. Acampamento Terra Livre (ATL) 2021. Articulação dos

Povos Indígenas do Brasil (APIB). Youtube, 26 de abril de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iDE_p-1NjLc Acesso em: 25 de mai. de 2022.

BANIWA, B. **Mulheres e território: reflexão sobre o que afeta a vida das mulheres indígenas quando os direitos territoriais são ameaçados.** *Vukápanavo: Revista Terena* 1(1):165-170. 2018.

BARBOZA, Myrian Sá Leitão; DUARTE, Larissa Ye'padiho [Tukano]; XAMEN [Waiwai], Jaime. “Corpoterritorialização” Katukina: **Lampejos etnográficos sob as perspectivas femininas indígenas.** *Amazônica: Revista de Antropologia*, Belém, v. 11, n. 2, p. 503-547, 2019.

BIAZI, Adriana Aparecida Belino Padilha de; PADILHA, Jandaíra Belino. **Corpo território: O conhecimento ancestral resistindo ao tempo, a história e a memória da mulher Kaingang.** *Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural*, Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 199-221, jul-dez 2021.

COELHO, Elisabeth Maria Bezerra. **Territórios em confrontos a dinâmica da disputa pela terra entre índios e brancos no Maranhão / Elisabeth Maria Beserra Coelho.** – São Pulo: Hucitec, 2002.

CRENSHAW, Kimberle. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics.** 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?Article=1052&context=uclf> Acesso em: 01/11/ 2023.

FERREIRA, Marielle Inácia M. “**Mulheres kumirâyõma**”: **uma etnografia da criação da Associação de Mulheres Yanonami.** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação Antropologia Social – PPGAS da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, 2017.

FONTES. Francineia Bitencourt. **Minha escrevivência, experiências vividas e diálogo com as mulheres indígenas do Rio Negro** – Amazonas/Brasil. *Cadernos de campo*, São Paulo, v.29, n.1, pp.179-186, 2020.

FRANÇA, Cliciane C. **Dinâmica e organização de mobilizações étnicas dos Tenetehara-guajajara da terra indígena Pindaré-MA.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Cartografia Social e Política da Amazônia-PPGCSPA da Universidade Estadual do Maranhão –UEMA, São Luís, 2018.

GOMES, Mercio Pereira. **O índio na história: o povo Tenetehara em busca da liberdade.** Petrópolis: Vozes, 2002.

GUAJAJARA, Erisvan Amazônia Real **Guerreiras da Floresta** Youtube, Novembro de 2018, Maranhão. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=i72eHKFozdU>. Acesso em março de 2023.

KARIPUNA, ANA MANOELA. **Mulheres Originárias: Reflexões com movimentos de indígenas mulheres sobre as existências e inexistências de feminismos indígenas.** *Cadernos de Campo Vol. 1, nº 1* São Paulo, 1991.

LEA, Vanessa **Gênero feminino Mébengokre: novas questões para velhos fatos.** Belo Horizonte, Trabalho apresentado na Associação Brasileira de Antropologia. 1992.

LUGONES Maria **Colonialidad y Género**, jul-dic, n. 9: 73-101 Tabula Rasa: Bogotá – Colômbia, 2008.

OYĚWUMÍ, Oyèrónké **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero** Tradução Wanderson Flor do Nascimento. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

MATOS, Maria Helena O. **Mulheres no movimento indígena: do espaço de complementariedade ao lugar da especificidade** In: Gênero e Povos Indígenas, SACCHI, Ângela; GRAMKOW, Márcia Maria. (Orgs.). Museu do Índio – FUNAI Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH Brasília/Rio de Janeiro, 2012.

ROSALDO, Michelle Zimbalist. **The use and abuse of anthropology: reflections on feminism and cross-cultural understanding.** *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 1980, 5.3: 389-417.

SACCHI, Angela C **Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas** Revista ANTHROPOLÓGICAS, ano 7, volume 14 (1 e 2): 95-110 (2003).

_____ **Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco UFPE, 2006.

SANTOS, Fabiane; Ferreira Maria **O corpo-território: feminismos decoloniais, saúde e estratégias dos movimentos de mulheres indígenas na amazônia brasileira,** Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2022.

SEGATO, Rita. **Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial.** *E-Cadernos CES*, Coimbra, v. 18, p. 106-131, 2012

SOARES, Ana Manoela Primo Dos Santos **Mulheres Originárias: Reflexões com movimentos de indígenas mulheres sobre as existências e inexistências de feminismos indígenas.** Cadernos de Campo Vol. 1, nº 1 São Paulo, 2021.

STRATHERN, Marilyn In **O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia.** Editora da UNICAMP: São Paulo, 2006.

VIEIRA, Ivânia Maria Carneiro. **Lugar de Mulher: A participação da indígena nos movimentos feministas e indígenas do estado do Amazonas.** Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

VINENTE, Fabiane. **Mulheres indígenas, movimento social e feminismo na Amazônia: empreendendo aproximações e distanciamentos necessários.** *Revista EducAmazônia: Educação, Sociedade e Meio Ambiente*, Humaitá, ano 5, v. 8, p. 94-104, jan.-jun. 2012.

WAGLEY, Charles; GALVÃO, Eduardo. **Os índios Tenetehara: uma cultura em transição.** Ministério da Educação e cultura, serviço de documentação, 1961.

ZANNONI, Claudio. Rituais Indígenas Brasileiros: In: **Rituais de Iniciação entre os Tenetehara.** Coordenação das pesquisas. Silva M. S. Carvalho. Autores Claudio Zannoni ... [et al]. Ed. CPA Ltda. São Paulo – 1999.